

As sociedades de advogados em Portugal preveem que o próximo ano continue a ser de crescimento no setor, apoiado na recuperação das fusões e aquisições, mas pleno de desafios, tantos exteriores como do próprio mercado.

Otimismo marcado para 2025, mas com desafios e instabilidade pela frente

TEXTO

RICARDO SANTOS FERREIRA

↙ A atividade das sociedades de advogados deverá continuar a crescer, no próximo ano, aproveitando a aceleração do ritmo de expansão da economia e apoiando-se na recuperação dos processos de fusões e aquisições (M&A, na sigla inglesa). É essa a expectativa dos managing partners das principais sociedades.

“O ano 2024 tem sido de crescimento para o setor jurídico, que beneficiou do crescimento económico, do investimento estrangeiro e do dinamismo de alguns setores, nomeadamente, do setor financeiro, do imobiliário, energia e infraestruturas”, Manuel Magalhães, managing partner da Sérvulo.

Só não foi melhor porque as operações de fusões e aquisições se ressentiram da instabilidade geopolítica e dos juros altos, que assim se mantiveram durante um semestre.

Para o próximo ano, o Governo prevê que o ritmo de crescimento do produto interno bruto acelere 0,3 pontos percentuais, para 2,1%, e convergindo com a Europa. Paralelamente, a redução agressiva das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, este ano, e a expectativa de que o movimento continue no próximo, incentivaram que as operações de fusões e aquisições que estavam em espera avançassem, porque o risco diminuiu.

Assim, quando se antecipa a evolução do setor para o próximo ano são utilizadas palavras como “positivo”, “otimista”, “crescimento”.

“As sociedades de advogados estão claramente otimistas, não podiam deixar de o estar”, garante José Luís Moreira da Silva, presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal.

“A nossa expectativa é de que, em 2025, haja um crescimento do escritório, como

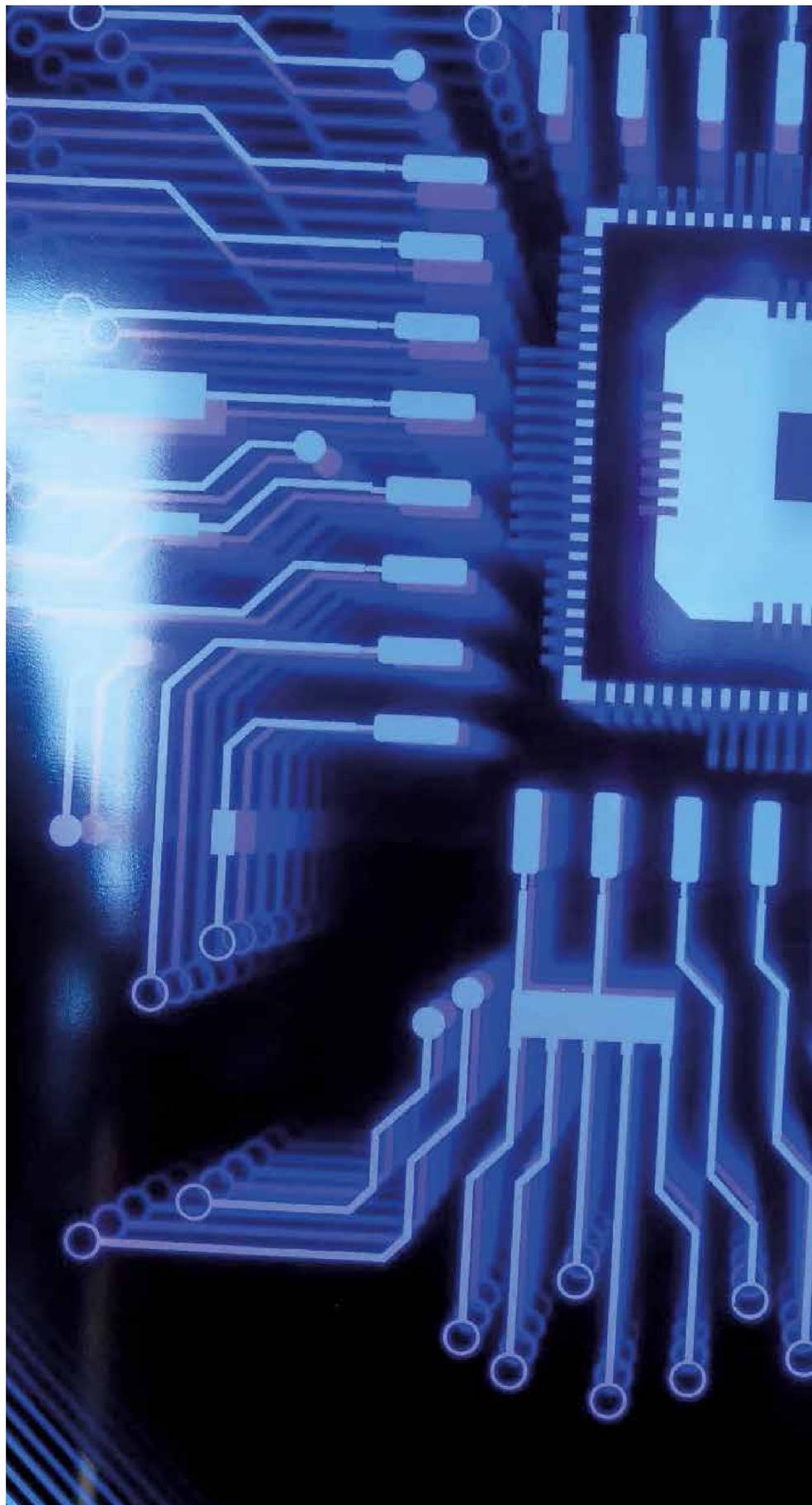
se tem registado de ano para ano. Um crescimento sustentado e sustentável”, assinala José Luís Arnaut, managing partner da CMS Portugal.

“Antecipa-se um crescimento acima da média europeia e tudo indica que o governo se manterá em funções durante o próximo ano”, reforça Paula Gomes Freire, managing partner da VdA. “As perspetivas inerentes a essa – porventura curta – estabilidade política e a execução do orçamento que conhecemos indiciam que 2025 poderá ser um ano em que Portugal mantém capacidade de atração de investimento internacional, potenciada, no atual contexto, pela nossa localização periférica e atlântica”, acrescenta.

“Antecipamos que o mercado português de serviços jurídicos a crescerá e a evoluirá de forma positiva no próximo ano”, diz João Miranda de Sousa, sócio responsável pela Garrigues em Portugal, acrescentando que a estabilização política e económica e a tendência de redução das taxas de juro “facilitam a obtenção de financiamento por investidores fazem antecipar um ano especialmente positivo no setor legal”.

A estabilidade prometida pela aprovação do Orçamento do Estado para 2025, num quadro político muito fragmentado, também é destacada por José Luís Moreira da Silva. “Teremos alguma estabilidade política, continuamos a ter muitos fundos europeus a aplicar e, por isso, muitos investimentos”, diz, acrescentando que isso lhe dá “uma perspetiva otimista” para a evolução do mercado.





Tecnologia como prioridade

No entanto, apesar do aumento dos negócios, as sociedades de advogados antecipam que o próximo ano será pleno de desafios, de estrutura do mercado, pela estabilização das alterações permitidas pela nova legislação, a entrada de players, também internacionais, e a aproximação entre atores que poderá conduzir a processos de consolidação, mas também relativos à atividade, por causa dos investimentos que têm de ser feitos, especialmente, no desenvolvimento tecnológico.

“Será um ano decisivo para a advocacia portuguesa, marcado pela consolidação das alterações estatutárias e pela possível reestruturação do setor”, considera Martim Krupenski, managing partner da ML. “Integrações, fusões e a entrada de escritórios próprios das consultoras terão um enorme impacto na concorrência, desafiando o mercado a ajustar as suas estratégias”, aponta.

Todas as sociedades assinalam a tecnologia, especialmente o desenvolvimento e integração de soluções com recurso a inteligência artificial, como determinante para o setor para a melhoria dos serviços e para a diferenciação no mercado.

“As sociedades de advogados vão ter de continuar a adaptar-se e a fazer uma certa transição tecnológica, tal como as restantes empresas de outros sectores, sob pena de ficarem para trás”, avisa Nuno Sá Carvalho, managing partner da Cuatrecasas em Portugal

“Neste momento, qualquer sociedade deveria estar a rever a sua estratégia, olhando para a sustentabilidade e diferenciação”, Martim Krupenski. “A digitalização continuará a transformar a prática jurídica, exigindo maior agilidade e inovação na prestação de serviços, a um ritmo acelerado”, acrescenta

Transições em destaque

A recuperação das fusões e aquisições vai trazer negócio às sociedades de advogados. É isso o esperado.



economia, como a hotelaria e o turismo, a tecnologia e as energias renováveis”, acrescenta João Miranda de Sousa.

“Como resultado da retoma das fusões e aquisições, as reestruturações vão trazer um trabalho particularmente interessante uma vez que, no rescaldo deste ciclo de juros, as empresas que já estavam muito alavancadas em dívida enfrentam desafios exigentes e haverá certamente muito trabalho gerado por empresas que saem deste período a precisar de soluções de capital”, acrescenta Bruno Ferreira, managing partner da PLMJ.

“Portugal continuará a oferecer um ambiente empresarial favorável para empresas estrangeiras, com políticas de incentivos fiscais e de investimento que promovem a aposta em setores chave da

Na transição tecnológica, as sociedades de advogados têm de responder ao mesmo desafio que as restantes empresas têm de fazer, e que lhes trará negócio, porque é um dos drivers das alterações que se projetam, até porque será necessário corresponder à nova legislação.

O mesmo acontece com a transição energética, que obrigará a adaptação e que é uma área vista como de crescimento.

“A transição energética, com o foco nas metas de descarbonização, continuará a originar oportunidades, tal como vários outros setores”, considera Marcos Sousa Monteiro, national managing partner da Linklaters em Lisboa.

Acrescenta-se a nova regulamentação –

e a pressão do mercado – relativa às temáticas ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla inglesa), que obrigará, mais uma vez, as empresas a um processo de adaptação.

“O tema ambiental, a transição energética e a transição digital deverão continuar a ser importantes na agenda política, com reflexos na atividade legal”, sintetiza Nuno Sá Carvalho.

Paula Gomes Freire considera acrescenta a necessidade de resposta aos desafios trazidos pela “centralidade que a defesa, a segurança (física e cyber) e a gestão do risco hoje ocupam nas preocupações dos clientes”, mas também identifica “oportunidades muito interessantes, ditadas pelos



imperativos da Agenda 2030 e pela imposição de métricas ESG, nas matérias de Ambiente, Agro, Business Human Rights e Governance”.

Instabilidade mantém-se

O pano de fundo em que tudo se desenrolará continuará a ser marcado pela instabilidade geopolítica, devido às duas guerras de elevada intensidade que se desenrolam na Ucrânia, em resultado da invasão russa, e no Médio Oriente, com o ataque do grupo terrorista islamita palestino Hamas a Israel e a resposta desproporcionada que provocou conflitos no Líbano e, também, com o Irão.

Depois, em janeiro será empossado Donald Trump como o 47º presidente dos Estados Unidos da América (EUA) e

a expectativa é que cumpra a promessa de aumentar as tarifas aos produtos dos seus parceiros do NAFTA (o acordo de comércio entre os EUA, o Canadá e o México), mas também aos provenientes da China, o que deverá levar a uma provável retaliação e a um arrefecimento ou, mesmo, retração do comércio global.

“Entramos em 2025 com grandes incertezas, tendo em conta toda a imprevisibilidade criada pelo contexto geopolítico e o aumento dos riscos internacionais”, diz José Luís Arnaut.

“Continuaremos a viver num contexto de incerteza e de instabilidade macroeconómica e geopolítica, num mundo em mudança acelerada”, diz Inês Sequeira Mendes, managing partner da Abreu Ad-

vogados. “As guerras prolongam-se, arrastam-se e complexificam-se e as alterações políticas resultantes do período com maior número de eleições desde há muito que ainda não nos permitem compreender todas as suas consequências”, acrescenta.

O risco aumenta com a precariedade da economia alemã, em recessão, com a francesa a abrandar e a ter de enfrentar um orçamento de 2025 fortemente restritivo para evitar sanções europeias, enquanto Espanha e Itália estão a evoluir mais devagar.

“A incógnita reside em perceber qual o delta que mais impactará o negócio: a vontade dos agentes em retomar as operações após a recente estagnação, ou a cautela imposta pelo clima político hostil mundial”, diz Cristina Cabral Ribeiro, Legal lead partner da PwC.

“As nuvens estão lá sempre”, diz o presidente da ASAP. Mesmo assim, impera o otimismo, acrescenta.

“Acredito que 2025 será um ano de consolidação e de crescimento para a advocacia portuguesa”, diz Inês Sequeira Mendes. “Como sempre, enfrentaremos os desafios com determinação e visão, e continuaremos a ser um parceiro estratégico sempre ao lado dos nossos clientes”, acrescenta.

“Continuará a ser um ano de incerteza, ainda que por motivos não totalmente coincidentes com os dos anos anteriores. Essa incerteza terá consequências que passam a economia nacional e internacional, mas a experiência dos últimos anos tem demonstrado que o nosso setor tem sido resiliente e tem demonstrado grande capacidade de adaptação”, diz, ainda, a líder da Abreu.

É isto que faz com que José Luís Moreira da Silva esteja otimista.

“Do que precisam é, realmente, de investir para estarem na primeira linha dos desenvolvimentos necessários, designadamente a inteligência artificial, que obviamente é a favor dos seus clientes”, diz. “É preciso isso, mas eu acho e tenho plena confiança, pelo menos nas nossas associadas da ASAP, que estão preparadas para os desafios que aí vêm”, conclui.